

**PROCESSO N. 205**



ESTADO DE RONDÔNIA  
**Câmara Municipal de Cacoal**

PROCESSO N. 

<b>205</b>	2021
------------	------

 ARQUIVO N. 

--	--

ASSUNTO: **DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

AUTOR: **EXECUTIVO MUNICIPAL**

ANEXOS: **OFICIO N. 545/GP/PGM/2021 - MENSAGEM AO PROJETO DE LEI N. 202/2021**

**PROJETO DE LEI N. 202/2021**

**MOVIMENTAÇÃO DO PROCESSO**

	DESTINO	DATA
01	DIR. LEGISLATIVA	<u>13 / 09 / 2021</u>
02	DIR. COMISSÕES	___/___/___
03	ASSESSORIA JURÍDICA	___/___/___
04	C.P.L.J. REDAÇÃO FINAL	___/___/___
05		___/___/___
06		___/___/___
07		___/___/___
08		___/___/___
09		___/___/___
10		___/___/___
11		___/___/___
12		___/___/___
13		___/___/___
14		___/___/___
15		___/___/___
16		___/___/___
17		___/___/___
18		___/___/___
19		___/___/___
20		___/___/___
21		___/___/___
22		___/___/___
23		___/___/___



Willian Ortolane Cordeiro  
Diretor Legislativo



*Câmara Municipal de Cacoal*  
*Diretoria Legislativa*

---

**PROCESSO N. 205/2021**

**PROJETO DE LEI N. 202/2021**

**À DIRETORIA DAS COMISSÕES:**

Encaminhamos a presente proposição, apresentada na 27ª sessão ordinária, em 13 de setembro de 2021, para apreciação e devidas providências pela Assessoria Jurídica e Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em conformidade com o artigo 115 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

**Palácio Catarino Cardoso dos Santos, em 13 de setembro de 2021.**

2021.09.13 11:59:56-04'00' 2021.09.13 10:18:46-04'00'

JOÃO PAULO PICHEK  
Presidente da Câmara Municipal de Cacoal

WILLIAN ORTOLANE CORDEIRO  
Diretor Legislativo



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DE CACOAL  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

OFÍCIO N.545/GP/PGM/2021

Cacoal/RO, 10 de setembro de 2021.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE,**

Com o presente, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossas Excelências, o incluso Projeto de Lei que:

**“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

Diante do exposto, na certeza da convicção de Vossas Excelências, contamos com aprovação do incluso Projeto de Lei.

Atenciosamente,

**ADAILTON ANTUNES FERREIRA**  
**PREFEITO**

**CMC**  
**PROTOCOLO RECEBIDO**

Em: 31/09/2021

Horas: 8:50

Nº: 6599

Ingrid J. de Azevedo

Excelentíssimo Senhor  
**JOÃO PAULO PICHECK**  
MD. Presidente da Câmara Municipal  
CACOAL/RO



**MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 202/2021**

**SENHOR PRESIDENTE**

**Senhores Vereadores,**

Com a presente, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossas Excelências, em o incluso Projeto de Lei que:

**“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

Considerando a necessidade em dar continuidade nas ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP;

Considerando Convênio Plataforma + Brasil no 910207/2021 (092/DPCN/2021) cujo objeto é aquisição de equipamento de construção (escavadeira hidráulica, motoniveladora e rolo compactador de pneus).

Considerando que o valor fixado do referido convênio é R\$ 2.823.045,00 (dois milhões oitocentos e vinte e três mil e quarenta e cinco reais), sendo deste o montante de R\$ 2.766.584,00 (dois milhões setecentos e sessenta e seis mil e quinhentos e oitenta e quatro reais) correspondente ao repasse do concedente.

Considerando Parecer no 524/DIENG/DPCN/SG-MD (em anexo), o qual aprova o Termo de Referência para a devida aquisição.

Considerando que o repasse acima citado não está previsto na receita/despesa em execução, faz-se necessário realizar a vinculação do recurso concedente, no valor de R\$ 2.766.584,00 (dois milhões setecentos e sessenta e seis mil e quinhentos e oitenta e quatro reais). na Receita 2.4.1.8.99.1.1.01.00.00.00.00 - Outras Transf. União - Livre, vinculado a conta corrente 60710691, ag. 1823-6, Caixa Econômica Federal, em conformidade com o disposto no art. 3, § 1º Inciso II da Lei 4.320/64.

Diante do exposto, na certeza da convicção de Vossas Excelências, contamos com a aprovação do incluso Projeto de Lei.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**ADAILTON ANTUNES FERREIRA**  
**PREFEITO**





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DE CACOAL  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

  
Willian Ortolane Cordeiro  
Diretor Legislativo

PROJETO DE LEI Nº 202/PMC/2021

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO  
ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO  
VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE CACOAL, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente municipal um **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR**, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de R\$2.766.584,00 (dois milhões setecentos e sessenta e seis mil quinhentos e oitenta e quatro reais).

Suplementação

16.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS	
16.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS	
16.001.15.451.0031.1.052. IMPLEMENT INFRA-ESTRUTURA URBANA	
203 - 4.4.90.52.00.00 20140036 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.766.584,00

Total Suplementação: R\$ 2.766.584,00

Art. 2º Para cobertura do referido crédito fica utilizado recurso proveniente de **Recurso Vinculado (Provável Excesso de Arrecadação)**, conforme anexo TC-18 da Inst. Normativa No 13/TCERO-2004, em consonância com disposto no **art. 43, da Lei 4.320/64.**

Receita

Receita:2.4.1.8.99.11.01.00000000 Fonte: 20140036

2.766.584,00

Total da Receita: 2.766.584,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cacoal/RO, 10 de setembro de 2021.

ADAILTON ANTUNES FERREIRA  
Prefeito

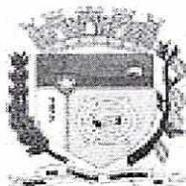
  
VIVIANI RAMIRES DA SILVA  
Procuradora-Geral Do Município  
OAB/RO N. 1.360

*Wey*

Willian Ortolane Cordeiro  
Diretor Legislativo

\*\* Elotech \*\*

10/09/2021



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL**  
**Estado de Rondônia**

Exercício: 2021

Page 1 of 2

O Prefeito Municipal de Cacoal, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em especial o art. 68, I, dentre outros dispositivos legais aplicáveis à espécie, apresenta à consideração desta Casa de Leis, o seguinte:

**Projeto de Lei nº 263/2021**

**Sumula:** Dispõe sobre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ao Orçamento vigente conforme art. 7º, 41 e 42, da Lei 4.320/64 e art. 7º da Lei nº 4.627/PMC/2020, e Dá Outras Providências.

**Art. 1º** - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento municipal um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de até R\$2.766.584,00 (dois milhões setecentos e sessenta e seis mil quinhentos e oitenta e quatro reais)

**Suplementação**

16.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS	
16.001.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS	
16.001.15.451.0031.1.052.	IMPLEMENT INFRA-ESTRUTURA URBANA	
203 - 4.4.90.52.00.00	20140036 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.766.584,00

**Total Suplementação: R\$ 2.766.584,00**

**Artigo 2º** - Para cobertura do referido crédito fica utilizado recurso proveniente de **Recurso Vinculado (Provável Excesso de Arrecadação)**, conforme anexo TC-18 da Inst. Normativa Nº 13/TCERO-2004, em consonância com disposto no **art. 43, da Lei 4.320/64.**

**Receita**

Receita:2.4.1.8.99.11.01.00000000 Fonte: 20140036

2.766.584,00

**Total da Receita: 2.766.584,00**

**Artigo 3º** - Este Projeto de Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cacoal , Estado de Rondônia, em 10/09/2021.

  
\_\_\_\_\_  
**THIAGO A. DE CARVALHO CÂMARA**  
Secretário Municipal de Planejamento

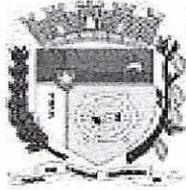
*Recebido em  
10/09/2021  
13:20 hr  
*

*(WSV)*

Willian Ortolane Cordeiro  
Diretor Legislativo

\*\* Elotech \*\*

10/09/2021



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL**  
**Estado de Rondônia**

Exercício: 2021

Page 2 of 2

**Projeto de Lei nº 263/2021**

**Sumula:** Dispõe sobre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ao Orçamento vigente conforme art. 7º, 41 e 42, da Lei 4.320/64 e art. 7º da Lei nº 4.627/PMC/2020, e Dá Outras Providências.

**JUSTIFICATIVA**

Considerando a necessidade em dar continuidade nas ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP;

Considerando Convênio Plataforma + Brasil nº 910207/2021 (092/DPCN/2021) cujo objeto é aquisição de equipamento de construção (escavadeira hidráulica, motoniveladora e rolo compactador de pneus).

Considerando que o valor fixado do referido convênio é R\$ 2.823.045,00 (dois milhões oitocentos e vinte e três mil e quarenta e cinco reais), sendo deste o montante de R\$ 2.766.584,00 (dois milhões setecentos e sessenta e seis mil e quinhentos e oitenta e quatro reais) correspondente ao repasse do concedente.

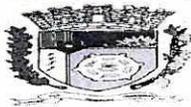
Considerando Parecer nº 524/DIENG/DPCN/SG-MD (em anexo), o qual aprova o Termo de Referência para a devida aquisição.

Considerando que o repasse acima citado não está previsto na receita/despesa em execução, faz-se necessário realizar a vinculação do recurso concedente, no valor de R\$ 2.766.584,00 (dois milhões setecentos e sessenta e seis mil e quinhentos e oitenta e quatro reais), na Receita 2.4.1.8.99.1.1.01.00.00.00 - Outras Transf. União - Livre, vinculado a conta corrente 60710691, ag. 1823-6, Caixa Econômica Federal, em conformidade com o disposto no art. 3, § 1º Inciso II da Lei 4.320/64.

Diante dos fatos, solicitamos PROJETO DE LEI para abertura de Crédito Adicional Suplementar, proveniente de Provável Excesso de Arrecadação (rec. vinculado receita), ao orçamento vigente, conforme art. 41 e 42 da Lei 4.320/64 e art. 7º §1º da Lei 4.627/PMC/2020, no valor de R\$ 2.766.584,00 (dois milhões setecentos e sessenta e seis mil e quinhentos e oitenta e quatro reais) para atender Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP.

Atenciosamente

  
\_\_\_\_\_  
**THIAGO A. DE CARVALHO CÂMARA**  
Secretário Municipal de Planejamento



MEMO N° 412/SEMOSP/2021

Cacoal, 10 de setembro de 2021.

**Da:** SEMOSP

**Para:** Coordenação de Planejamento e Controle - SEMPLAN

**ASSUNTO:** Solicitação de Projeto de Lei para Abertura de Crédito Adicional Suplementar

Considerando a necessidade em dar continuidade nas ações desenvolvidas pela Secretária Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP;

Considerando Convenio Plataforma + Brasil n° 910207/2021 (083/DPCN/2021), cujo objeto é Aquisição de Equipamento de Construção, sendo recurso da concedente o valor de R\$ 2.766.584,00 (dois milhões setecentos e sessenta e seis mil e quinhentos e oitenta e quatro reais).

Considerando Parecer n° 524/DIENG/DPCN/SG-MD (em anexo), o qual aprova o Termo de referência para aquisição de Equipamento de Construção.

Considerando que o repasse acima citado não está previsto na receita/despesa em execução, faz-se necessário realizar a vinculação de **R\$ 2.766.584,00 (Dois milhões e setecentos e sessenta e seis mil e quinhentos e oitenta e quatro reais)**, na Receita 2.4.1.8.99.1.1.00.00.00.00 – Outras Transf. União – Principal, vinculados a conta corrente 60710691, ag. 1823-6, Caixa Econômica Federal, em conformidade com o disposto no art. 3, § 1º Inciso II da Lei 4.320/64.

Diante dos fatos, solicitamos **PROJETO DE LEI** para abertura de crédito adicional suplementar, proveniente de Provável Excesso de Arrecadação (rec. vinculado receita), ao orçamento vigente, conforme art. 41 e 42 da Lei 4.320/64 e art. 7º §1º da Lei 4.627/PMC/2020, no valor de **R\$ 2.766.584,00 (Dois milhões e setecentos e sessenta e seis mil e quinhentos e oitenta e quatro reais)** para atender Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP, conforme abaixo discriminado:

A				B
A SUPLEMENTAR				A REDUZIR
Ficha	Cód	Especificação	Valor (R\$)	
	016	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS - SEMOSP		UTILIZA-SE DE RECURSO PROVENIENTE DE RECURSO VINCULADO (PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO), para Aquisição de Equipamento de Construção. Totalizando o valor de <b>R\$ 2.766.584,00 (dois milhões setecentos e sessenta e seis mil e quinhentos e oitenta e quatro reais)</b> Na conta 60710691, agencia 1823-6 Caixa Econômica. VINCULADO A RECEITA 2.4.1.8.99.1.1.00.00.00.00 – Outras Transf. União – Principal CONFORME TC-18 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 13/TCERO-2004, CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NO ART. 43 DA LEI Nº. 4.320/64,
	16.001	Implementação Infraestrutura Urbana		
	15.451.0031.1.052			
	2.014.0036	Transferência de Convênios da União		
203	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	2.766.584,00	
<b>Total Geral</b>				<b>2.766.584,00</b>

Para cobertura do referido crédito será utilizado recursos provenientes de Provável Excesso de Arrecadação conforme especificado na coluna B, de acordo com o disposto no art. 43, § 1º inciso II da Lei 4.320/64.

*Paulo Henrique C. F. Pereira*

Paulo Henrique C. F. Pereira  
 Secretário Municipal de Obras  
 e Serviços Públicos  
 Dec. n° 0637/PMC/2018

RECEBIDO

Em 10/09/21 às 12:06

Ass.: *[Assinatura]*

ASSUNTO: PARECER TÉCNICO DE APROVAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA

APROVADO

1. **CONVENIENTE/UF:** Prefeitura Municipal de Cacoal/RO (CNPJ 04.092.714/0001-28)
2. **CONVÊNIO:** 092/DPCN/2021, inscrito na Plataforma + BRASIL sob o nº 910207
3. **OBJETO:** Aquisição de equipamentos de construção.
4. **VALOR:**

DPCN	R\$ 2.766.584,00
Contrapartida	R\$ 56.461,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 2.823.045,00</b>

**5. AMPARO LEGAL:**

- 5.1. Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, atualizada pela Portaria Interministerial nº 558, de 10 de outubro de 2019.
- 5.2. Portaria Normativa nº 115/GM-MD, de 26 de dezembro de 2019;
- 5.3. Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993; e
- 5.4. Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

**6. ANÁLISE:**

**6.1. Considerações Iniciais:** O presente parecer foi elaborado com base nas informações extraídas na aba **Plano de Trabalho - Plano de Aplicação Detalhado** e documentos da aba **PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA da Plataforma + BRASIL**, dos quais destacamos:

- 6.1.1. Especificação técnica;
- 6.1.2. Declaração de Conformidade de preço;
- 6.1.3. Uma Pesquisa do Portal de Compras do Governo Federal

**6.2. Da análise técnica:**

**6.2.1.** Cabe destacar que a presente especificação técnica deverá nortear a elaboração do termo de referência do **Edital do Convênio. Assim sendo, nenhuma alteração deverá ser realizada sem a anuência deste Concedente:**

Plano de Aplicação Detalhado/Especificação Técnica	Qtd	Valor Celebrado	Fornecedor	Produto Ofertado	Valor Orçado	Valor Médio
ESCAVADEIRA HIDRAULICA nova, ano corrente ou superior, com as especificações mínimas a seguir: Motor de 06 (seis) cilindros, sistema de injeção de combustível direta em múltiplos estágios, turboalimentado, com potência líquida mínima de 145 Hp; capacidade da caçamba mínima de 1,2 m³; cabine ROPS/FOPS; câmara traseira; Peso Operacional: 22.000 Kg Comprimento da lança 5.160 mm, Alcance máximo ao nível do solo 8.550 mm, profundidade máxima de escavação 5.750 mm, F- Altura		R\$	Sotreq S/A CNPJ - 34.151.100/0012-93	Caterpillar 323	1.150.000,00	R\$
			Noroeste Mâq e Equip Ltda CNPJ - 18.918.142/0002-89	Komatsu PC210LC-10M0	R\$ 966.035,00	

máxima de escavação 8.350 mm G-Altura máxima de descarga 5.890 mm I Raio de giro traseiro 2.750 mm. Sistema Hidráulico: Bomba de pistão de capacidade variável. Composto com motores hidráulicos de deslocamento de pistão axial com freio de estacionamento e um motor hidráulico de giro de pistão axial com freio de retenção do giro. Com sistema de rastreamento / telemetria por satélite livre de mensalidade. Compartimento do operador • Sistema de amortecimento a óleo .	1,0	R\$ 1.121.033,00	IBL Máquinas CNPJ - 28.265.622/0006-75	Case/CX2220C	R\$ 910.000,00	1.008.678,00
MOTONIVELADORA ( Patrol) nova, ano vigente, zero KM, •Potência bruta (hp) (SAE J1995): a 145hp, número de cilindros:6 (em linha), Cilindrada (litros) 6,0, Rotação máxima(rpm 2.200), Ventilador Hidráulico,tipo Diesel, 4 tempos, injeção direta e turboalimentado, PESO OPERACIONAL (kg) Máquina totalmente abastecida, equipada com cabine fechada ROPS/FOPS e peso do operador - 14.000 Kg.LÂMINA CENTRAL 3.855 x 665 x 20,Controles totalmente hidráulicos. Circuitos de centro fechados. Cilindros de elevação da lâmina montados sobre a sela. Sistema de travamento da sela, com comando por válvula solenoide. Válvulas de alívio e retenção para todos os comandos. Bomba, Pistões axiais de fluxo variável RODAS (PNEUS E AROS) Pneu 17,5x25 - sem câmara	1,0	R\$ 1.008.678,00	Sotreq S/A CNPJ - 34.151.100/0012-93	Caterpillar 140K	R\$ 1.410.000,00	R\$ 1.121.033,00
			Fertisolo Comercial de Máquinas e Equipamentos Ltda CNPJ - 14.594.006/0001-49	New Holland RG170.B	R\$ 955.100,00	
			IBL Máquinas CNPJ - 28.265.622/0006-75	Case/865B	R\$ 998.000,00	
ROLO COMPACTADOR DE PNEUS nova, ano corrente ou superior, com as especificações mínimas a seguir: 1 Comprimento total mínimo 4,350 mm 2 Largura de compactação mínimo 2,090 mm 3 Largura da estrutura mínimo 2,000 mm 7 1" 4 Base da roda mínimo 3,000 mm 5 Altura livre em relação ao solo (mínimo) 240 mm 6 Altura (volante) mínimo 2.450 mm 96" Rolo compactador, equipado com motor diesel de quatro cilindros ou superior de no mínimo 129 hp, painel com proteção antivandalismo, luzes de trabalho com 02 faróis na parte dianteira no mínimo e 02 na parte traseira no mínimo, alarme de ré, espargimento de água em todos os pneus, com filtragem tripla e tanque de água de 280 litros (mínimo), toldo, Cabine fechada com Ar-condicionado de fábrica, Lastro de câmara d'água vedada de no mínimo de 2 m³. Rolo compactador deve conter no mínimo 8 pneus PESO OPERACIONAL MINIMO: 8.500 Kg	1,0	R\$ 693.334,00	SOTREQ S/A CNPJ - 34.151.100/0012-93	Caterpillar CW-34	R\$ 640.000,00	R\$ 693.334,00
			Maquiparts Comércio CNPJ - 12.753.213/0001-73	XCMG XP201	R\$ 690.000,00	
			Mamoré Máquinas Agrícolas Ltda CNPJ - 19.614.838/0001-01	JCB	R\$ 750.000,00	

**6.2.2.** A Especificação Técnica, Declaração de Conformidade e Pesquisas de Preços anexadas na Plataforma+Brasil, atendem aos pressupostos da IN nº 73/2020.

**6.2.3.** Esta Técnica utilizou como parâmetro de pesquisa para esta aprovação os documentos a seguir: Ata disponível no Portal de Compras do Governo Federal, Pregão Nº 1/2021 da UASG 160176 para oferta de uma **Escavadeira Hidráulica** Caterpillar 336, item 103, com data de homologação em 22 de fev. de 2021, no valor de R\$ 1.100.000,00. Pregão Nº 2/2021 da UASG 989571 para oferta de uma **Motoniveladora** New Holland RGL40/B, item 1, com data de homologação em 08 de fev. de 2021, no valor de R\$ 709.000,00. Pesquisa disponível no SINAPI - 06/2021, Código 00014511 para oferta de um **Rolo Compactador** no valor de R\$ 620.987,09. Sendo assim, foram conferidas e creditadas as pesquisas de preços apresentadas pela Conveniente.

6.2.4. Destacamos que a crise econômica desencadeada pela pandemia do COVID-19, tem provocado uma variação nos preços, portanto, o atraso demasiado no lançamento do processo licitatório poderá acarretar um aumento no valor final, devendo este ser suportado pela convenente. Por esse motivo, solicitamos o máximo de celeridade no processo licitatório.

6.2.5. Como é de conhecimento público, a celebração e aprovação do convênio deve atender pressupostos administrativos, inclusive preparação de processos licitatórios, que requerem tempo para análises e expedição de pareceres. Nesse contexto, no intuito de resguardar o município de uma eventual frustração no convênio por desequilíbrio de preço, quando necessário, consideraremos os preços com majoração de até 20%. **Todavia, no momento da certificação do processo licitatório, somente será aceito o preço de mercado.**

#### 7. CONCLUSÃO:

Face ao exposto, o Convênio nº 092/DPCN/2021, inscrito na Plataforma + BRASIL sob o nº 910207, possui condições de ser aprovado o Termo de Referência.

#### 8. PRESCRIÇÕES DIVERSAS:

8.1. Especificações, os quantitativos e as pesquisas de preços são propostos pelo convenente. Desta forma, o responsável por alimentar a Plataforma + BRASIL, é o responsável pela exatidão e veracidade dos dados apresentados.

8.2. Caso o valor resultante do certame licitatório seja superior ao valor celebrado do convênio, o convenente poderá submeter à apreciação do Departamento do Programa Calha Norte (DPCN), emissão de Termo Aditivo com aumento no valor da contrapartida, como forma de evitar que o convênio venha se perder, prejudicando àqueles que irão usufruir do seu objeto. Importante frisar que a referida solicitação será analisada pelo setor competente ficando sujeito a aprovação ou não aprovação.

8.3. Caso ocorra economia na condução do certame licitatório, a Convenente deverá restituir a diferença no momento da prestação de contas.

9. **DÚVIDAS OU ESCLARECIMENTOS:** A Divisão de Engenharia do DPCN coloca-se à disposição por meio de contato telefônico: Tenente-Coronel Osmarildo - (61) 2023 9683; Servidora Civil (SC) Ângela - (61) 2023 5295; SC Monalisa - (61) 2023 5393 e SC Rejane - (61) 2023 4456.

Brasília, 02 de agosto de 2021.

ELABORADO:  
DALILA NERES DUARTE  
Supervisor(a) Administrativo

CONFERIDO:  
REJANE MARTINS MARQUES ALMEIDA  
Assistente Técnico

APROVADO:  
OSMARILDO DE SOUZA  
Tenente-Coronel do Exército Brasileiro  
Coordenador de Equipamentos



Documento assinado eletronicamente por Rejane Martins Marques Almeida, Assistente, em 06/08/2021, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por Osmarildo de Souza, Assistente Técnico(a) Militar, em 06/08/2021, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por Dalila Neres Duarte, Supervisor(a) Administrativo, em 09/08/2021, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.de.fesa.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.de.fesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), o código verificador 3873010 e o código CRC CF51B17D.



MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA GERAL-SG  
DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE-DPCN

**CONVÊNIO PLATAFORMA +BRASIL Nº  
910207/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM  
A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO  
MINISTÉRIO DA DEFESA, E O  
MUNICÍPIO DE CACOAL/RO.**

A **UNIÃO**, por intermédio do Ministério da Defesa-MD, Departamento do Programa Calha Norte-DPCN, inscrito no CNPJ sob no 14.665.070/0001-73, com sede em Brasília-DF, Esplanada dos Ministérios, Bloco "Q", doravante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representado pelo Diretor do Departamento do Programa Calha Norte, **UBIRANTAN POTY**, portador do CPF nº 569.290.567-15, e Carteira de Identidade nº 109.682.061-6 MD/EB, nomeado pela Portaria nº 3.743 MD, de 05/09/2019, publicada no Diário Oficial da União de 09/09/2019, com fundamento no art. 9º, II, e art. 23, X, do Anexo VII da Portaria Normativa nº 12/GM-MD, de 14 de fevereiro de 2019, e o **MUNICÍPIO DE CACOAL/RO**, inscrito no CNPJ sob nº 04.092.714/0001-28, doravante denominado **CONVENENTE**, representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito **ADAILTON ANTUNES FERREIRA**, portador do CPF nº 898.452.772-68 e da Carteira de Identidade nº 110349 CTPS/RO, RESOLVEM celebrar o presente Convênio, registrado na *Plataforma +Brasil*, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993 e na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no que couber, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício, no Decreto Federal no 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto Federal nº 6.170, de 25 de julho de 2007, regulamentado pela Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e atualizações e Portaria Normativa nº 115/GM-MD, de 26 de dezembro de 2019, consoante o processo administrativo no 60414.000295/2021-17 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE CONSTRUÇÃO**, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integram este Termo de Convênio, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho e o Termo de Referência, propostos pelo **CONVENENTE** e aceitos pelo **CONCEDENTE** na *Plataforma +Brasil*, bem como toda documentação técnica que dele resultem, cujos termos os participantes acatam integralmente.

**Subcláusula Única.** Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente do **CONCEDENTE** e que não haja alteração do objeto.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA

A eficácia do presente Convênio fica condicionada à apresentação tempestiva dos seguintes documentos pelo **CONVENENTE** e à respectiva aprovação pelo setor técnico do **CONCEDENTE**:

- I - Termo de Referência, nos termos do art. 1º, § 1º, XXXIV, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016;
- II - cadastro do **CONVENENTE** atualizado na *Plataforma +Brasil* no momento da celebração;
- III - plano de sustentabilidade do equipamento a ser adquirido, conforme art. 21, § 13 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016; e
- IV - ...(outra(s) condição(ões) porventura indicada(s) no parecer técnico de aprovação do Plano de Trabalho).

**Subcláusula Primeira.** **CONVENENTE** deverá apresentar o(s) documento(s) referido(s) no caput desta cláusula, antes da liberação da primeira parcela dos recursos, até o dia XX/XX/XXXX.

**Subcláusula Segunda.** O(s) documento(s) referido(s) no caput será(ão) apreciado(s) pelo **CONCEDENTE** e, se aceito(s), ensejará(ão) a adequação do Plano de Trabalho, se necessário.

**Subcláusula Terceira.** Constatados vícios sanáveis no(s) documento(s) apresentado(s), o **CONCEDENTE** comunicará o **CONVENENTE**, que deverá providenciar o seu saneamento até o prazo previsto na Subcláusula Primeira.

**Subcláusula Quarta.** Caso o(s) documento(s) indicado(s) no caput desta cláusula não seja(m) entregue(s) ou receba(m) parecer contrário à sua aceitação, proceder-se-á à extinção do Convênio, nos termos dos arts. 21, § 7º, 24 § 3º e 27, XVIII, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

**Subcláusula Quinta.** Quando houver, no Plano de Trabalho, a previsão de transferência de recursos para a elaboração do Termo de Referência, limitada a 5% (cinco por cento) do valor total do instrumento, a liberação do montante correspondente ao custo do serviço se dará após a celebração do instrumento, conforme cronograma de liberação pactuado entre as partes.

**Subcláusula Sexta.** A rejeição pelo **CONCEDENTE** do Termo de Referência, custeado com recursos da União, enseja a imediata devolução dos recursos aos cofres da União, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Sem prejuízo nas demais cláusulas deste Convênio, são obrigações dos Participes:

##### I - DO CONCEDENTE:

- a) realizar na *Plataforma +Brasil* os atos e os procedimentos relativos à formalização, alteração, execução, acompanhamento, análise da prestação de contas e, se for o caso, informações acerca de Tomada de Contas Especial, sendo nele registrados os atos que, por sua natureza, não possam ser realizados no sistema;
- b) transferir ao **CONVENENTE** os recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio, de acordo com a programação orçamentária e financeira do Governo Federal e o estabelecido no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;
- c) acompanhar, avaliar e aferir, sistematicamente, a execução física e financeira do objeto deste Convênio, bem como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos, condicionando sua liberação ao cumprimento de metas previamente estabelecidas, na forma do art. 41, caput e inciso III, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, comunicando ao **CONVENENTE** quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, com fixação do prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;
- d) analisar e, se for o caso, aceitar as propostas de alteração do Convênio e do seu Plano de Trabalho;
- e) dispor de condições e de estrutura para o acompanhamento, verificação da execução do objeto e o cumprimento dos prazos relativos à prestação de contas; e
- f) divulgar atos normativos e orientar o **CONVENENTE** quanto à correta execução dos projetos e atividades.

##### II - DO CONVENENTE:

- a) executar e fiscalizar o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho e o Termo de Referência aceitos pelo **CONCEDENTE**, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;
- b) aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Convênio;
- c) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços convencionados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando do recebimento pelo **CONCEDENTE** ou pelos órgãos de controle;
- d) submeter previamente ao **CONCEDENTE** qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aceito, definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

e) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Convênio em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, federal ou estadual, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;

f) proceder ao depósito da contrapartida pactuada neste instrumento, na conta bancária específica vinculada ao presente Convênio, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;

g) realizar na *Plataforma +Brasil* os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de Tomada de Contas Especial do Convênio, quando couber, incluindo regularmente as informações e os documentos exigidos pela Portaria Interministerial nº 424, de 2016, sendo nele registrados os atos que, por sua natureza, não possam ser realizados no sistema;

h) selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo **CONCEDENTE**, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando ao **CONCEDENTE** sempre que houver alterações;

i) estimular a participação dos beneficiários finais na implementação do objeto do Convênio, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;

j) manter os documentos relacionados ao instrumento pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi apresentada a prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas;

k) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

l) facilitar o monitoramento e o acompanhamento do **CONCEDENTE**, permitindo-lhe efetuar visitas *in loco* e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Convênio, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa à licitação realizada e aos contratos celebrados;

m) permitir o livre acesso de servidores do **CONCEDENTE**, e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

n) apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos por meio deste Convênio, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento;

o) apresentar todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste Convênio, a qualquer tempo e a critério do **CONCEDENTE**, sujeitando-se, no caso da não apresentação no prazo estipulado na respectiva notificação, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos estipulados neste Termo de Convênio;

p) assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do **CONCEDENTE** em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito neste Termo de Convênio e, obedecido o modelo-padrão estabelecido pelo **CONCEDENTE**, apor a marca do Governo Federal nas placas, painéis e *outdoors* de identificação dos projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Convênio, consoante o disposto no Manual do DPCN, disponível em [www.defesa.gov.br/arquivos/programa\\_calha\\_norte/manuais/convenios-contratos-repasse-normas-instrucoes.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/programa_calha_norte/manuais/convenios-contratos-repasse-normas-instrucoes.pdf) e na Instrução Normativa SECOM-PR nº 2, de 20 de abril de 2018, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, ou outra norma que venha a substituí-la;

q) operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Convênio, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades sociais às quais se destina;

r) manter o **CONCEDENTE** informado sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Convênio e prestar informações, a qualquer tempo, sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;

s) permitir ao **CONCEDENTE**, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Convênio;

t) dar ciência aos órgãos de controle ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar a Advocacia-Geral da União, o Ministério Público Federal, o respectivo Ministério Público Estadual;

u) instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do convênio,

comunicando tal fato ao **CONCEDENTE**;

v) manter um canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento pela União de manifestações dos cidadãos relacionadas ao Convênio, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias;

w) disponibilizar, em seu sítio oficial na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do instrumento ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e o detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado;

x) exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o Contrato Administrativo de Execução ou Fornecimento - CTEF; e

y) observar o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e nas normas estaduais, distritais ou municipais vigentes, nos casos em que a execução do objeto, conforme prevista no Plano de Trabalho, envolver parcerias com organizações da sociedade civil.

z) apresentar declaração expressa firmada por representante legal do órgão ou entidade conveniente, ou registro na *Plataforma +Brasil* que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório, observado o disposto no art. 49 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

Este Termo de Convênio terá vigência de 1080 (um mil e oitenta) dias, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada por solicitação do **CONVENIENTE** mediante termo aditivo, devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do seu término.

**Subcláusula Primeira.** O **CONCEDENTE** prorrogará “de ofício” a vigência deste Termo de Convênio, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso do seu término.

**Subcláusula Segunda.** A prorrogação além dos prazos estipulados no art. 27, inciso V, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016 (seja “de ofício”, seja mediante termo aditivo), somente será admitida nas hipóteses de que trata o art. 27, § 3º, da mesma Portaria, e desde que o novo prazo estabelecido seja compatível com o período em que houve o atraso e viável para a conclusão do objeto pactuado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, neste ato fixados em R\$ 2.823.045,00 (dois milhões, oitocentos e vinte e três mil e quarenta e cinco reais), serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, conforme a seguinte classificação orçamentária:

I - R\$ 2.766.584,00 (dois milhões, setecentos e sessenta e seis mil e quinhentos e oitenta e quatro reais), relativos ao presente exercício, correrão à conta da dotação alocada no orçamento do **CONCEDENTE**, autorizado pela Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021 (LOA), publicada no DOU de 23/04/2021, UG 110594, assegurado pela Nota de Empenho nº 2021NE000097, vinculada ao Programa de Trabalho nº 05.244.6012.1211.7011, PTRES 195760, à conta de recursos oriundos do Tesouro Nacional, Fonte de Recursos 188, Natureza da Despesa 444252; e

II - R\$ 56.461,00 (cinquenta e seis mil e quatrocentos e sessenta e um reais), relativos à contrapartida do **CONVENIENTE**, de que trata o art. 83 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 (LDO/2021), estão consignados através da Lei Orçamentária nº 4.627, de 15 de dezembro de 2020 do Município de Cacoal/RO.

**Subcláusula Primeira.** Em caso de ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo das metas constante no Plano de Trabalho poderá ser reduzido até a etapa que não prejudique a funcionalidade do objeto pactuado, mediante aceitação do **CONCEDENTE**.

**Subcláusula Segunda.** O **CONVENIENTE** obriga-se a incluir em seu orçamento os subprojetos/subatividades contemplados pelas transferências dos recursos para a execução deste Convênio.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTRAPARTIDA

Compete ao **CONVENIENTE** integralizar a(s) parcela(s) da contrapartida financeira, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, mediante depósito(s) na conta bancária específica do Convênio, podendo haver antecipação de parcelas, inteiras ou parte, a critério do **CONVENIENTE**.

**Subcláusula Primeira.** O aporte da contrapartida observará as disposições da lei federal anual de diretrizes orçamentárias em vigor à época da celebração do Convênio ou eventual legislação específica aplicável.

**Subcláusula Segunda.** As receitas oriundas dos rendimentos de aplicação dos recursos no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida.

**Subcláusula Terceira.** A comprovação pelo proponente de que a contrapartida proposta está devidamente assegurada, deverá ocorrer previamente à celebração do instrumento.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros relativos ao repasse do **CONCEDENTE** e à contrapartida do **CONVENENTE** serão depositados e geridos na conta específica vinculada ao presente Convênio, aberta em nome do **CONVENENTE** exclusivamente em instituição financeira oficial, federal ou estadual.

**Subcláusula Primeira.** A conta corrente específica será nomeada fazendo-se menção ao presente Convênio e deverá ser registrada com o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ do órgão ou da entidade **CONVENENTE** ou da unidade executora.

**Subcláusula Segunda.** A liberação de recursos obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no instrumento e para os instrumentos enquadrados nos níveis previstos nos incisos IV e V do art. 3º da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, preferencialmente em parcela única.

**Subcláusula Terceira.** A liberação da primeira parcela ou parcela única ficará condicionada a(o):

- a) cumprimento das condições suspensivas constante neste instrumento; e
- b) conclusão da análise técnica e aceite do processo licitatório pelo **CONCEDENTE**.

**Subcláusula Quarta.** Exceto no caso de liberação em parcela única, a liberação das demais parcelas ficará condicionada à execução de no mínimo 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente.

**Subcláusula Quinta.** Após a comprovação da homologação do processo licitatório pelo **CONVENENTE**, o cronograma de desembolso deverá ser ajustado em observação ao grau de execução estabelecido no referido processo licitatório.

**Subcláusula Sexta.** Na hipótese de inexistência de execução financeira após 180 (cento e oitenta) dias da liberação da primeira parcela, o instrumento deverá ser rescindido, salvo se presente alguma hipótese que autorize sua prorrogação motivada, conforme previsto no art. 41, §§ 19 e 20 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

**Subcláusula Sétima.** É vedada a liberação da primeira parcela de recursos para o **CONVENENTE** que tiver instrumentos apoiados com recursos do Governo Federal sem execução financeira por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias e que não tenham sido motivadamente prorrogados, conforme autoriza o art. 41, §§ 19 e 20 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

**Subcláusula Oitava.** Os recursos serão liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Governo Federal, em conformidade com o número de parcelas e prazos estabelecidos no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho aprovado na *Plataforma +Brasil*, que guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do Convênio.

**Subcláusula Nona.** Para recebimento de cada parcela dos recursos, deverá o **CONVENENTE**:

I - comprovar o aporte da contrapartida pactuada, que deverá ser depositada na conta bancária específica em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, podendo haver antecipação de parcelas, inteiras ou parte, a critério do **CONVENENTE**; e

II - estar em situação regular com a realização do Plano de Trabalho, com execução de, no mínimo, 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente, quando não se tratar de liberação em parcela única.

**Subcláusula Décima.** Nos termos do § 3º do art. 116 da Lei nº 8.666, de 1993, a liberação das parcelas do Convênio ficará retida até o saneamento das impropriedades constatadas, quando:

I - não houver comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, constatada pelo **CONCEDENTE** ou pelo órgão competente do Sistema de Controle Interno da Administração Pública Federal;

II - for verificado o desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas e fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio, ou o inadimplemento do **CONVENENTE** com relação a outras cláusulas convencionais básicas; e

III - o **CONVENENTE** deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo **CONCEDENTE** ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno.

**Subcláusula Décima Primeira.** Os recursos deste Convênio, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados pelo **CONVENENTE** em caderneta de poupança de instituição financeira pública oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização desses recursos verificar-se em prazos menores que um mês.

**Subcláusula Décima Segunda.** Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do instrumento, os rendimentos das aplicações financeiras deverão ser devolvidos ao **CONCEDENTE** e ao **CONVENENTE**, observada a proporcionalidade, sendo vedado o aproveitamento de rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao Plano de Trabalho pactuado.

**Subcláusula Décima Terceira.** A conta bancária específica do Convênio será preferencialmente isenta da cobrança de tarifas bancárias.

**Subcláusula Décima Quarta.** O **CONVENENTE** autoriza desde já o **CONCEDENTE** para que solicite junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica:

I - a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União, caso os recursos não sejam utilizados no objeto da transferência pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias e não haja motivada suspensão ou prorrogação deste prazo, nos termos da Subcláusula Sexta; e

II - o resgate dos saldos remanescentes, nos casos em que não houver a devolução dos recursos, no prazo previsto no art. 60 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

**Subcláusula Décima Quinta.** O **CONCEDENTE** deverá solicitar, no caso da Subcláusula Décima Terceira, junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica, a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União.

**Subcláusula Décima Sexta.** No caso de paralisação da execução pelo prazo disposto na Subcláusula Décima Terceira, inciso I, a conta corrente específica do instrumento deverá ser bloqueada pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias.

**Subcláusula Décima Sétima.** É vedada a liberação de recursos pelo **CONCEDENTE** nos três meses que antecedem o pleito eleitoral, nos termos da alínea “a” do inciso VI do art. 73 da Lei nº 9.504, de 1997, ressalvadas as exceções previstas em lei.

**Subcláusula Décima Oitava.** O sigilo bancário dos recursos públicos envolvidos neste convênio não será oponível ao **CONCEDENTE** e nem aos órgãos públicos fiscalizadores.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

O presente Convênio deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação aplicável.

**Subcláusula Primeira.** É vedado ao **CONVENENTE**, sob pena de rescisão do ajuste:

I - utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;

II - realizar despesas em data anterior à vigência do Convênio;

III - efetuar pagamento em data posterior à vigência do Convênio, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência deste instrumento;

IV - efetuar pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da Administração direta ou indireta, inclusive por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

V - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas e aos juros, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo **CONCEDENTE** e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

VI - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

VII - realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho;

VIII - transferir recursos para clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar;

IX – transferir recursos liberados pelo **CONCEDENTE**, no todo ou em parte, ou a conta que não a vinculada ao presente Convênio;

X - celebrar contrato, convênio ou outro tipo de parceria com entidades impedidas de receber recursos federais;

XI - pagar, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública, ou sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XII – subdelegar as obrigações assumidas por meio do presente convênio, salvo se permitido neste instrumento e em norma correlata, bem como se houver anuência expressa por parte do **CONCEDENTE**;

XIII – realizar o aproveitamento de rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado; e

XIV – utilizar os recursos do instrumento para aquisição ou construção de bem que desobedeça a Lei nº 6.454, de 1977.

**Subcláusula Segunda.** Os atos referentes à movimentação dos recursos depositados na conta específica deste Convênio serão realizados ou registrados na *Plataforma +Brasil* e os respectivos pagamentos serão efetuados pelo **CONVENENTE** mediante crédito na conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço, facultada a dispensa deste procedimento nos seguintes casos, em que o crédito poderá ser realizado em conta corrente de titularidade do próprio **CONVENENTE**, devendo ser registrado na *Plataforma +Brasil* o beneficiário final da despesa:

I – por ato da autoridade máxima do **CONCEDENTE**;

II – na execução do objeto pelo **CONVENENTE** por regime direto; e

III – no ressarcimento ao **CONVENENTE** por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo **CONCEDENTE** e em valores além da contrapartida pactuada.

**Subcláusula Terceira.** Antes da realização de cada pagamento, o **CONVENENTE** incluirá na *Plataforma +Brasil*, no mínimo, as seguintes informações:

I - a destinação do recurso;

II - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;

III - o contrato a que se refere o pagamento realizado;

IV - informações das notas fiscais ou documentos contábeis; e

V – a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento.

**Subcláusula Quarta.** Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação do beneficiário do pagamento pela instituição financeira depositária, poderá ser realizado, no decorrer da vigência do instrumento, um único pagamento por pessoa física que não possua conta bancária, até o limite de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

**Subcláusula Quinta.** No caso de fornecimento de equipamentos e materiais especiais de fabricação específica, o desbloqueio de parcela para pagamento de respectiva despesa far-se-á na forma do art. 38 do Decreto nº 93.872, de 1986, observadas as seguintes condições:

I - esteja caracterizada a necessidade de adiantar recursos ao fornecedor para viabilizar a produção de material ou equipamento especial, fora da linha de produção usual, e com especificação singular destinada a empreendimento específico;

II - o pagamento antecipado das parcelas tenha sido previsto no edital de licitação e no CTET dos materiais ou equipamento; e

III - o fornecedor ou o **CONVENENTE** apresentem uma carta fiança bancária ou instrumento congênera no valor do adiantamento pretendido.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS

O **CONVENENTE** deverá observar, quando da contratação de terceiros para execução de serviços ou aquisição de bens com recursos da União vinculados à execução do objeto deste Convênio, as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993 e/ou na Lei nº 14.133, de 2021, no que couber, na Lei nº 10.520, de 2002, e demais normas federais, estaduais e municipais pertinentes às licitações e contratos administrativos, inclusive os procedimentos ali definidos para os casos de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação.

**Subcláusula Primeira.** Os editais de licitação para consecução do objeto conveniado serão publicados pelo **CONVENENTE**, após a assinatura do presente Convênio, devendo a publicação do extrato dos editais observar as disposições da legislação específica aplicável ao respectivo processo licitatório, obedecido o disposto no art. 49 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

**Subcláusula Segunda.** O prazo para início do procedimento licitatório será de até sessenta dias, contados da data de assinatura do Convênio e poderá ser prorrogado uma única vez, desde que motivado pelo **CONVENENTE**, e aceito pelo **CONCEDENTE**.

**Subcláusula Terceira.** Excepcionalmente, quando o objeto envolver a aquisição de equipamentos ou a execução de custeio, em casos devidamente justificados pelo **CONVENENTE** e admitidos pelo **CONCEDENTE**, poderão ser aceitos, desde que observadas as condicionantes previstas no art. 50-A da Portaria Interministerial nº 424, de 2016:

a) licitação realizadas antes da assinatura do instrumento;

b) adesão à ata de registro de preços, mesmo que o registro tenha sido homologado em data anterior ao início da vigência do instrumento; e

c) contrato celebrado em data anterior ao início da vigência do instrumento.

**Subcláusula Quarta.** Nos casos de que trata a Subcláusula Terceira, somente serão aceitas as despesas que ocorrerem durante o período de vigência do instrumento de transferência voluntária e a liberação dos recursos está condicionado à conclusão da análise técnica e ao aceite do processo licitatório pelo **CONCEDENTE**.

**Subcláusula Quinta.** Para aquisição de bens e serviços comuns, será obrigatório o uso da modalidade pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002 e de seu regulamento, na forma eletrônica, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse.

**Subcláusula Sexta.** Na contratação de bens e serviços com recursos do presente Convênio, o **CONVENENTE** deverá observar os critérios de sustentabilidade ambiental dispostos nos arts. 2º a 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, no que couber.

**Subcláusula Sétima.** As atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas decorrentes das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades, deverão ser registradas na *Plataforma +Brasil*.

**Subcláusula Oitava.** O **CONCEDENTE** deverá verificar os procedimentos licitatórios realizados pelo **CONVENENTE**, atendo-se à documentação no que tange aos seguintes aspectos:

I - contemporaneidade do certame ou subsunção a uma hipótese do art. 50-A da Portaria Interministerial nº 424, de 2016;

II - compatibilidade dos preços do licitante vencedor com os preços de referência;

III - enquadramento do objeto conveniado com o efetivamente licitado; e

IV - fornecimento de declaração expressa firmada por representante legal do **CONVENENTE** ou registro na *Plataforma +Brasil* que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório.

**Subcláusula Nona.** Compete ao **CONVENENTE**:

I - realizar, sob sua inteira responsabilidade, sempre que optar pela execução indireta de serviços, o processo licitatório nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e/ou na Lei nº 14.133, de 2021, no que couber, e demais normas pertinentes à matéria, assegurando a correção dos procedimentos legais, além da disponibilização da contrapartida, quando for o caso;

II - registrar na *Plataforma +Brasil* o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração Pública e seu termo de homologação e adjudicação, o extrato do Contrato Administrativo de Execução ou Fornecimento e seus respectivos aditivos;

III - prever no edital de licitação e no CTEF que a responsabilidade pela qualidade dos materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto conveniado;

IV - exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o CTEF, nos termos do art. 7º, inciso IX e §§ 4º e 6º da Portaria Interministerial nº 424, de 2016; e

V - inserir cláusula, nos contratos celebrados à conta dos recursos deste Convênio, que obrigue o contratado a conceder livre acesso de servidores do **CONCEDENTE**, bem como dos órgãos de controle interno e externo, aos processos, documentos, informações, registros contábeis e locais de execução, referentes ao objeto contratado, inclusive nos casos em que a instituição financeira oficial não controlada pela União faça a gestão de conta bancária específica do Convênio.

**Subcláusula Décima.** É vedada, na hipótese de aplicação de recursos federais transferidos mediante o presente Convênio, a participação em licitação ou a contratação de empresas que constem:

I - no cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União;

II - no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF como impedidas ou suspensas; ou

III - no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

**Subcláusula Décima Primeira.** O **CONVENENTE** deve consultar a situação do fornecedor selecionado no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, por meio de acesso ao Portal da Transparência na internet, antes de solicitar a prestação do serviço ou a entrega do bem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO

Este convênio poderá ser alterado por meio de termo aditivo, mediante proposta do **CONVENENTE**, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao **CONCEDENTE** para análise e decisão, no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes do término da vigência, vedada a alteração do objeto aprovado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO

Incumbe ao **CONCEDENTE** exercer as atribuições de monitoramento e acompanhamento da conformidade física e financeira durante a execução do Convênio, além da avaliação da execução física e dos resultados, na forma do arts. 53 a 58 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, de forma a garantir regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto.

**Subcláusula Primeira.** O **CONCEDENTE** designará e registrará na *Plataforma +Brasil* representante para o acompanhamento da execução deste Convênio, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas, verificando:

I - a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;

II - a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no Plano de Trabalho e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;

III - a regularidade das informações registradas pelo **CONVENENTE** na *Plataforma +Brasil*; e

IV - o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nas condições estabelecidas.

**Subcláusula Segunda.** No prazo máximo de 10 (dez) dias contados da assinatura do presente instrumento, o **CONCEDENTE** deverá designar formalmente o servidor ou empregado responsável pelo seu acompanhamento.

**Subcláusula Terceira.** No exercício da atividade de acompanhamento da execução do objeto, o **CONCEDENTE** poderá:

I – valer-se do apoio técnico de terceiros;

II – delegar competência ou firmar parcerias com outros órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, com tal finalidade;

III – reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do instrumento;

IV – solicitar diretamente à instituição financeira comprovantes de movimentação da conta bancária específica do convênio;

V - programar visitas ao local da execução, quando identificada a necessidade, observado o disposto no art. 54, *caput*, incisos II e § 2º, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016;

VI – utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação; e

VII – valer-se de outras formas de acompanhamento autorizadas pela legislação aplicável.

**Subcláusula Quarta.** Constatadas irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica, apuradas durante a execução do Convênio, o **CONCEDENTE** suspenderá a liberação de parcelas de recursos pendentes e comunicará o **CONVENENTE** para sanear a situação ou prestar informações e esclarecimentos, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável por igual período.

**Subcláusula Quinta.** Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, o **CONCEDENTE**, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, apreciará, decidirá e comunicará quanto à aceitação, ou não, das justificativas apresentadas e, se for o caso, realizará a apuração do dano.

**Subcláusula Sexta.** Prestadas as justificativas, o **CONCEDENTE**, aceitando-os, fará constar nos autos do processo as justificativas prestadas.

**Subcláusula Sétima.** Caso as justificativas não sejam acatadas, o **CONCEDENTE** abrirá prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para o **CONVENENTE** regularizar a pendência e, havendo dano ao erário, deverá adotar as medidas necessárias ao respectivo ressarcimento.

**Subcláusula Oitava.** A utilização dos recursos em desconformidade com o pactuado no instrumento ensejará obrigação do **CONVENENTE** devolvê-los devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à conta única do Tesouro.

**Subcláusula Nona.** A permanência da irregularidade após o prazo estabelecido na Subcláusula Sétima, ensejará o registro de inadimplência na *Plataforma +Brasil* e, no caso de dano ao erário, a imediata instauração de Tomada de Contas Especial ou, na hipótese de aplicação do art. 6º da Instrução Normativa TCU nº 71, de 2012, a adoção de outras medidas administrativas ao alcance da autoridade administrativa ou ainda requerer ao órgão jurídico pertinente as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, com vista à obtenção do ressarcimento do débito apurado, inclusive o protesto, se for o caso, sem prejuízo da inscrição do **CONVENENTE** no Cadastro Informativo dos Créditos não quitados de órgãos e entidades federais (CADIN), nos termos da Lei nº 10.522, de 2002.

**Subcláusula Décima.** As comunicações elencadas nas Subcláusulas Quarta, Quinta e Sétima serão realizadas por meio de correspondência com Aviso de Recebimento - AR, devendo a notificação ser registrada na *Plataforma +Brasil*, enviando cópia, em todos os casos, para a Secretaria da Fazenda ou secretária similar e para o Poder Legislativo relativos ao **CONVENENTE**.

**Subcláusula Décima Primeira.** Aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do **CONCEDENTE** e dos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo Federal, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais transferidos, ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

**Subcláusula Décima Segunda.** Os agentes que fizerem parte do ciclo de transferência de recursos são responsáveis, para todos os efeitos, pelos atos que praticarem no acompanhamento e fiscalização da execução deste instrumento, não cabendo a responsabilização do **CONCEDENTE** por inconformidades ou irregularidades praticadas pelo **CONVENENTE**, salvo nos casos em que as falhas decorrerem de omissão de responsabilidade atribuída ao **CONCEDENTE**. O **CONVENENTE** responde pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Convênio.

**Subcláusula Décima Terceira.** O **CONCEDENTE** comunicará aos órgãos de controle qualquer irregularidade da qual tenha tomado conhecimento e, havendo fundada suspeita da prática de crime ou de ato de improbidade administrativa, cientificará a Advocacia-Geral da União e os Ministérios Públicos Federal e Estadual, nos termos dos arts. 7º, § 3º e 58 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

Incumbe ao **CONVENENTE** exercer a atribuição de fiscalização, a qual consiste na atividade administrativa prevista nas legislações específicas de licitação e contratos, que deve ser realizada de modo sistemático pelo **CONVENENTE** e seus prepostos, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.



receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas;

b) quando não for apresentada a prestação de contas no prazo fixado neste instrumento; e

c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio.

III - o valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais.

**Subcláusula Primeira.** A devolução prevista nesta Cláusula será realizada com observância da proporcionalidade dos recursos transferidos pelo **CONCEDENTE** e os da contrapartida do **CONVENENTE**, independentemente da época em que foram aportados pelos partícipes.

**Subcláusula Segunda.** A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial ou, na hipótese de aplicação do art. 6º da Instrução Normativa TCU 71, de 2012, a adoção de outras medidas administrativas ao alcance da autoridade administrativa ou ainda requerer ao órgão jurídico pertinente as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, com vistas à obtenção do ressarcimento do débito apurado, inclusive o protesto, se for o caso, sem prejuízo da inscrição do **CONVENENTE** no Cadastro Informativo dos Créditos não quitados de órgãos e entidades federais (CADIN), nos termos da Lei nº 10.522, de 2002.

**Subcláusula Terceira.** Nos casos de descumprimento do prazo previsto no *caput*, o **CONCEDENTE** deverá solicitar à instituição financeira albergante da conta corrente específica da transferência a devolução imediata, para a conta única do Tesouro Nacional, dos saldos remanescentes da conta corrente específica do instrumento.

**Subcláusula Quarta.** Nos casos em que a devolução de recursos se der em função da não execução do objeto pactuado ou devido a extinção ou rescisão do instrumento, é obrigatório a divulgação em sítio eletrônico institucional, pelo **CONCEDENTE** e **CONVENENTE**, das informações referentes aos valores devolvidos e dos motivos que deram causa à referida devolução.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS BENS REMANESCENTES

Os bens remanescentes adquiridos ou produzidos no âmbito deste Convênio serão de propriedade do **CONVENENTE**, observadas as disposições do Decreto nº 6.170, de 2007, e da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

**Subcláusula Primeira.** Consideram-se bens remanescentes os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos dos instrumentos necessários à consecução do objeto, mas que não se incorporam a este.

**Subcláusula Segunda.** O **CONVENENTE** deverá contabilizar e proceder à guarda dos bens remanescentes, bem como encaminhar manifestação ao **CONCEDENTE** com o compromisso de utilizá-los para assegurar a continuidade de programa governamental, devendo nesse documento estar claras as regras e diretrizes de utilização dos bens.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser:

I - **denunciado** a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença;

II - **rescindido**, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, observadas as disposições constantes dos arts. 71 e 72 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016; e

e) inexistência de execução financeira após 180 (cento e oitenta) dias da liberação da primeira parcela, salvo as hipóteses em que houve motivada prorrogação deste prazo, conforme autorização excepcional trazida pela Portaria Interministerial nº 424, de 2016; e

f) inexistência de comprovação de retomada da execução, após findo o prazo previsto na Subcláusula Décima Quinta da Cláusula Oitava deste instrumento, situação em que incumbirá ao **CONCEDENTE**:

1. solicitar junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica, a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União; e

2. analisar a prestação de contas, em atenção ao disposto na Cláusula Décima Quarta deste instrumento.

**Subcláusula Primeira.** A rescisão do Convênio, quando resulte dano ao erário, enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, exceto se houver a devolução dos recursos devidamente corrigidos, sem prejuízo, no último caso, da continuidade da apuração, por medidas administrativas próprias, quando identificadas outras irregularidades decorrentes do ato praticado.

**Subcláusula Segunda.** No prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da denúncia ou rescisão do instrumento, o **CONCEDENTE** providenciará o cancelamento dos saldos de empenho.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICIDADE

A eficácia do presente Convênio fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, a qual deverá ser providenciada pelo **CONCEDENTE** no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

**Subcláusula Primeira.** Será dada publicidade em sítio eletrônico específico denominado Portal dos Convênios aos atos de celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente instrumento.

**Subcláusula Segunda.** O **CONCEDENTE** notificará a celebração deste Convênio à Câmara Municipal, Assembleia Legislativa ou Câmara Legislativa, conforme o caso, no prazo de 10 (dez) dias, contados da assinatura, bem como da liberação dos recursos financeiros correspondentes, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da data da liberação, facultando-se a comunicação por meio eletrônico.

**Subcláusula Terceira.** O **CONVENENTE** obriga-se a:

I - caso seja município, a notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no município, quando da liberação de recursos relativos ao presente Convênio, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;

II - cientificar da celebração deste Convênio o conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência de recursos, quando houver; e

III - disponibilizar, em seu sítio eletrônico na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato deste Convênio, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento na aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, ou inserir *link* em sua página eletrônica oficial que possibilite acesso direto à *Plataforma +Brasil*.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

Acordam os partícipes, ainda, a estabelecer as seguintes condições:

I - todas as comunicações relativas a este Convênio serão consideradas como regularmente efetuadas, quando realizadas por intermédio da *Plataforma +Brasil*, exceto quando a legislação regente tiver estabelecido forma especial;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fac-símile, não poderão constituir-se em peças de processo e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de 05 (cinco) dias;

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Convênio, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados; e

IV - as exigências que não puderem ser cumpridas por meio da *Plataforma +Brasil* deverão ser supridas através da regular instrução processual.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

Os partícipes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente ajuste à tentativa conciliação perante a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF), da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 37 da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, do art. 11 da Medida Provisória nº 35, de 24 de agosto de 2001, e do art. 18, inciso III, do Anexo I ao Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010.

Não logrando êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Convênio o foro Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Brasília, 11 de agosto de 2021.

Pelo CONCEDENTE:

**UBIRATAN POTY**

Diretor

Pelo CONVENENTE:

**ADAILTON ANTUNES FERREIRA**

Prefeito Municipal de Cacoal/RO

Testemunhas:

**ANTÔNIO MARCOS PEREIRA DE ALMEIDA**

Gerente da Divisão de Engenharia

**CARLOS ALBERTO SILVA**

Gerente da Divisão de Convênios



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Silva, Gerente**, em 13/08/2021, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Marcos Pereira de Almeida, Gerente**, em 13/08/2021, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Ubiratan Poty, Diretor**, em 13/08/2021, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Adailton Antunes Ferreira, Usuário Externo**, em 31/08/2021, às 13:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), o código verificador **3918972** e o código CRC **07E90EA9**.

	MINISTERIO DA DEFESA PLATAFORMA - BRASIL
---	---

**Nº / ANO DA PROPOSTA:**  
027378/2021

**OBJETO:**  
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CONSTRUÇÃO

**CARACTERIZAÇÃO DOS INTERESSES RECÍPROCOS:**  
A Prefeitura de Cacoal em parceria com o Ministério da Defesa pretende angariar recursos para equipar a frota de maquinários que irão suprir necessidades das secretarias de: Agricultura e obras. O objetivo a ser alcançado será a melhoria na infraestrutura das estradas vicinais e urbanas, possibilitando que as secretarias possam melhor atender os produtores rurais e a população em geral, com a realização de mais serviços, com mais qualidade e menor tempo.

**RELAÇÃO ENTRE A PROPOSTA E OS OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PROGRAMA:**  
A proposta apresentada pelo município vai ao encontro das diretrizes do programa, tendo como objetivo principal apoiar o desenvolvimento sustentável da cidade, dotando das condições necessárias para realização de obras/ serviços básicos, possibilitando arranjos produtivos entre população local e poder público, respeitando as características regionais, as diferenças culturais e ao meio ambiente, portanto a aquisição dos veículos propostos, trará melhoria nas condições de vida da população local

**PÚBLICO ALVO:**  
Serão beneficiados a população urbana e rural, principalmente, os produtores de baixa renda, beneficiando a agricultura familiar e a população urbana que depende do transporte urbano. Estima-se que serão beneficiadas a toda população Cerca 88.507 (oitenta e oito mil quinhentos e sete) habitantes, dados IBGE/06/2017 do município de maneira direta e indireta.

**PROBLEMA A SER RESOLVIDO:**  
Realizar maior volume de obras de infra estrutura básica na área rural, atualmente não executadas por falta de maquinários, redução de custos com locação de maquinários, agilizar trabalhos tais como: terraplanagem, escavação, Remoção de Entulhos, Carregamento de Terra e outros materiais, limpeza/demolições.

**RESULTADOS ESPERADOS:**  
Equipar/ampliar a frota de maquinas, melhorar a infra-estrutura básica; atender anseios da população com a realização de mais obras/serviços, promover o desenvolvimento e o fortalecimento de Mobilidade Urbana da cidade

**1 - DADOS DO CONCEDENTE**

<b>CONCEDENTE:</b> 52000	<b>NOME DO ÓRGÃO/ÓRGÃO SUBORDINADO OU UG:</b> MINISTERIO DA DEFESA	
<b>CPF DO RESPONSÁVEL:</b> 569.290.567-15	<b>NOME DO RESPONSÁVEL:</b> UBIRATAN POTY	
<b>ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL:</b> Esplanada dos Ministérios Bloco O Anexo I - Brasília - DF		<b>CEP DO RESPONSÁVEL:</b> 70049-900

**2 - DADOS DO PROPONENTE**

<b>PROPONENTE:</b> 04.092.714/0001-28					
<b>RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:</b> MUNICIPIO DE CACOAL					
<b>ENDEREÇO JURÍDICO DO PROPONENTE:</b> RUA ANISIO SERRAO, 2100					
<b>CIDADE:</b> CACOAL	<b>UF:</b> RO	<b>CÓDIGO MUNICÍPIO:</b> 0009	<b>CEP:</b> 78976230	<b>E.A.:</b> Administração Pública Municipal	<b>DDD/TELEFONE:</b> 6939074149
<b>BANCO:</b> 104 - CAIXA ECONOMICA		<b>AGÊNCIA:</b> 1823-6	<b>CONTA CORRENTE:</b> 0060710691		
<b>CPF DO RESPONSÁVEL:</b> 898.452.772-68		<b>NOME DO RESPONSÁVEL:</b> ADAILTON ANTUNES FERREIRA			
<b>ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL:</b> AVENIDA JK, 1009, CASA - NOVO HORIZONTE				<b>CEP DO RESPONSÁVEL:</b> 76962005	

## 4 - DADOS DO EXECUTOR/VALORES

VALOR GLOBAL:	R\$ 2.823.045,00	
VALOR DA CONTRAPARTIDA:	R\$ 56.461,00	
VALOR DOS REPASSES:	Ano	Valor
	2021	R\$ 2.766.584,00
VALOR DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA:	R\$ 56.461,00	
VALOR DA CONTRAPARTIDA EM BENS E SERVIÇOS:	R\$ 0,00	
VALOR DE RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO:	R\$ 0,00	
INÍCIO DE VIGÊNCIA:	11/08/2021	
FIM DE VIGÊNCIA:	26/07/2024	
VIGÊNCIA DO CONVÊNIO:	2024	

## 5 - PLANO DE TRABALHO

Meta nº: 1

<b>Especificação:</b> AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CONSTRUÇÃO			
<b>Unidade de Medida:</b> UN	<b>Quantidade:</b> 1.0	<b>Valor:</b> R\$ 2.823.045,00	
<b>Início Previsto:</b> 11/08/2021	<b>Término Previsto:</b> 26/07/2024	<b>Valor Global:</b> R\$ 2.823.045,00	
<b>UF:</b> RO <b>Município:</b> 0009 - CACOAL		<b>CEP:</b> 76963-804	
<b>Endereço:</b> Garagem da Prefeitura, Avenida Aracatuba			
<b>Etapa/Fase nº:</b> 1			
<b>Especificação:</b> ESCAVADEIRA HIDRAULICA nova, ano corrente ou superior, com as especificações mínimas a seguir: Motor de 06 (seis) cilindros, sistema de injeção de combustível direta em múltiplos estágios, turboalimentado, com potência líquida mínima de 145 Hp; capacidade da caçamba mínima de 1,2 m³; cabine ROPS/FOPS; câmera traseira; Peso Operacional: 22.000 Kg Comprimento da lança 5.160 mm, Alcance máximo ao nível do solo 8.550 mm, profundidade máxima de escavação 5.750 mm, F- Altura máxima de escavação 8.350 mm G- Altura máxima de descarga 5.890 mm I Raio de giro traseiro 2.750 mm. Sistema Hidráulico: Bomba de pistão de capacidade variável. Composto com motores hidráulicos de deslocamento de pistão axial com freio de estacionamento e um motor hidráulico de giro de pistão axial com freio de retenção do giro. Com sistema de rastreamento / telemetria por satélite livre de mensalidade. Compartimento do operador • Sistema de amortecimento a óleo .			
<b>Quantidade:</b> 1.0 Un	<b>Valor:</b> R\$ 1.008.678,00	<b>Início Previsto:</b> 11/08/2021	<b>Término Previsto:</b> 26/07/2024
<b>Etapa/Fase nº:</b> 2			
<b>Especificação:</b> MOTONIVELADORA ( Patrol) nova, ano vigente, zero KM, •Potência bruta (hp) (SAE J1995): a 145hp, número de cilindros:6 (em linha), Cilindrada (litros) 6.0, Rotação máxima(rpm 2.200), Ventilador Hidráulico,tipo Diesel, 4 tempos, injeção direta e turboalimentado, PESO OPERACIONAL (kg) Máquina totalmente abastecida, equipada com cabine fechada ROPS/FOPS e peso do operador - 14.000 Kg,LÂMINA CENTRAL 3.855 x 665 x 20,Controles totalmente hidráulicos. Circuitos de centro fechados. Cilindros de elevação da lâmina montados sobre a sela. Sistema de travamento da sela, com comando por válvula solenoide. Válvulas de alívio e retenção para todos os comandos. Bomba, Pistões axiais de fluxo variável RODAS (PNEUS E AROS) Pneu 17,5x25 - sem câmara			
<b>Quantidade:</b> 1.0 Un	<b>Valor:</b> R\$ 1.121.033,00	<b>Início Previsto:</b> 11/08/2021	<b>Término Previsto:</b> 26/07/2024
<b>Etapa/Fase nº:</b> 3			
<b>Especificação:</b> ROLO COMPACTADOR DE PNEUS nova, ano corrente ou superior, com as especificações mínimas a seguir: 1 Comprimento total mínimo 4.350 mm 2 Largura de compactação mínimo 2.090 mm 3 Largura da estrutura mínimo 2.000 mm 7' 1" 4 Base da roda mínimo 3.000 mm 5 Altura livre em relação ao solo (mínimo) 240 mm 6 Altura (volante) mínimo 2.450 mm 96" Rolo compactador, equipado com motor diesel de quatro cilindros ou superior de no mínimo 129 hp, painel com proteção antivandalismo, luzes de trabalho com 02 faróis na parte dianteira no mínimo e 02 na parte traseira no mínimo, alarme de ré, espargimento de água em todos os pneus, com filtragem tripla e tanque de água de 280 litros (mínimo), toldo, Cabine fechada com Ar-condicionado de fábrica, Lastro de câmara d'água vedada de no mínimo de 2 m³. Rolo compactador deve conter no mínimo 8 pneus PESO OPERACIONAL MINIMO: 8.500 Kg			
<b>Quantidade:</b> 1.0 Un	<b>Valor:</b> R\$ 693.334,00	<b>Início Previsto:</b> 11/08/2021	<b>Término Previsto:</b> 26/07/2024

6 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO  
MINISTERIO DA DEFESA

MÊS DESEMBOLSO: Outubro	ANO: 2021
META Nº: 1	VALOR DA META: R\$ 2.766.584,00
DESCRIÇÃO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CONSTRUÇÃO	
VALOR DO REPASSE: R\$ 2.766.584,00	PARCELA Nº: 1

**7 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO  
MUNICÍPIO DE CACOAL**

MÊS DESEMBOLSO: Outubro	ANO: 2021
META Nº: 1	VALOR DA META: R\$ 56.461,00
DESCRIÇÃO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CONSTRUÇÃO	
VALOR DO REPASSE: R\$ 56.461,00	PARCELA Nº: 1

**8 - PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO**

**DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO:** ESCAVADEIRA HIDRAULICA nova, ano corrente ou superior, com as especificações mínimas a seguir:  
 Motor de 06 (seis) cilindros, sistema de injeção de combustível direta em múltiplos estágios, turboalimentado, com potência líquida mínima de 145 Hp; capacidade da caçamba mínima de 1,2 m³; cabine ROPS/FOPS; câmara traseira; Peso Operacional: 22.000 Kg Comprimento da lança 5.160 mm, Alcance máximo ao nível do solo 8.550 mm, profundidade máxima de escavação 5.750 mm, F- Altura máxima de escavação 8.350 mm G- Altura máxima de descarga 5.890 mm  
 I Raio de giro traseiro 2.750 mm. Sistema Hidráulico: Bomba de pistão de capacidade variável. Composto com motores hidráulicos de deslocamento de pistão axial com freio de estacionamento e um motor hidráulico de giro de pistão axial com freio de retenção do giro. Com sistema de rastreamento / telemetria por satélite livre de mensalidade.  
 Compartimento do operador • Sistema de amortecimento a óleo .

NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Convênio		NATUREZA DA DESPESA: 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Avenida Araçatuba, bairro Industrial, garagem da Prefeitura			
CEP: 76963-804	UF: RO	MUNICÍPIO: 0009 - CACOAL	
UNIDADE: Un	QUANTIDADE: 1,00	V. UNITÁRIO: R\$	V.TOTAL: R\$ 1.121.033,00

**OBSERVAÇÃO:**

**DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO:** ROLO COMPACTADOR DE PNEUS nova, ano corrente ou superior, com as especificações mínimas a seguir:  
 1 Comprimento total mínimo 4.350 mm  
 2 Largura de compactação mínimo 2.090 mm  
 3 Largura da estrutura mínimo 2.000 mm 7' 1"  
 4 Base da roda mínimo 3.000 mm  
 5 Altura livre em relação ao solo (mínimo) 240 mm  
 6 Altura (volante) mínimo 2.450 mm 96"  
 Rolo compactador, equipado com motor diesel de quatro cilindros ou superior de no mínimo 129 hp, painel com proteção antivandalismo, luzes de trabalho com 02 faróis na parte dianteira no mínimo e 02 na parte traseira no mínimo, alarme de ré, espargimento de água em todos os pneus, com filtragem tripla e tanque de água de 280 litros (mínimo), toldo, Cabine fechada com Ar-condicionado de fábrica, Lastro de câmara d'água vedada de no mínimo de 2 m³.  
 Rolo compactador deve conter no mínimo 8 pneus  
 PESO OPERACIONAL MINIMO: 8.500 Kg

NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Convênio		NATUREZA DA DESPESA: 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Avenida Araçatuba, bairro Industrial, garagem da Prefeitura			
CEP: 76963-804	UF: RO	MUNICÍPIO: 0009 - CACOAL	
UNIDADE: Un	QUANTIDADE: 1,00	V. UNITÁRIO: R\$ 693.334,00	V.TOTAL: R\$ 693.334,00

**OBSERVAÇÃO:**

**DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO:** MOTONIVELADORA ( Patrol) nova, ano vigente, zero KM,  
 •Potência bruta (hp) (SAE J1995): a 145hp, número de cilindros:6 (em linha), Cilindrada (litros) 6,0, Rotação máxima(rpm 2.200), Ventilador Hidráulico.tipo Diesel, 4 tempos, injeção direta e turboalimentado, PESO OPERACIONAL (kg) Máquina totalmente abastecida, equipada com cabine fechada ROPS/FOPS e peso do operador - 14.000 Kg,LÂMINA CENTRAL 3.855 x 665 x 20,Controles totalmente hidráulicos. Circuitos de centro fechados. Cilindros de elevação da lâmina montados sobre a sela. Sistema de travamento da sela, com comando por válvula solenoide. Válvulas de alívio e retenção para todos os comandos.  
 Bomba, Pistões axiais de fluxo variável  
 RODAS (PNEUS E AROS) Pneu 17,5x25 - sem câmara

NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Convênio		NATUREZA DA DESPESA: 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Avenida Araçatuba, bairro Industrial, garagem da Prefeitura			
CEP: 76963-804	UF: RO	MUNICÍPIO: 0009 - CACOAL	
UNIDADE: Un	QUANTIDADE: 1,00	V. UNITÁRIO: R\$	V.TOTAL: R\$ 1.008.678,00

## 9 - PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO

NATUREZA DA DESPESA				
Código	Total	Recursos	Contrapartida Bens e Serviços	Rendimento de Aplicação
449052	R\$ 2.823.045,00	RS 2.823.045,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTAL GERAL:</b>	<b>RS 2.823.045,00</b>			

## 10 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao \_\_\_\_\_ para efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos da dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho.

Pede Deferimento,

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Proponente

## 11 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE DO PLANO DE TRABALHO

**Aprovado**

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Concedente  
(Representante legal do Órgão ou Entidade)

## 12 - ANEXOS

## Comprovações de Capacidade Técnica e Gerencial

Nome do Arquivo:

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TECNICA E GERENCIAL.pdf

## Comprovação da Contrapartida

Nome do Arquivo:

DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA e QDD.pdf

## Documentos Digitalizados do Convênio

Nome do Arquivo:

Termo de Convênio nº 092-2021.pdf